

Estados ricos e governos pobres

Uma das novidades produzidas pelo Brasil dos anos 90 são os Estados ricos com governos pobres. A inédita crise financeira dos governos de São Paulo, Minas, Rio e Rio Grande do Sul confirma.

Governos de Estados pobres, é claro, apenas ficaram mais pobres do que estavam. E como o País já era desigual no seu processo desenvolvimento, a desigualdade ficou ainda maior.

Mas, visto das janelas do Palácio do Planalto, o cenário ainda não é dramático. É o que se pode deduzir da postura do governo federal nas gestões com os governos estaduais sobre a crise financeira latente. Ela tem sido caracterizada mais por hesitações, relutâncias e promessas vagas do que pelo empenho efetivo na busca de soluções. Exemplos:

■ Há um ano e nove meses, Brasília alimenta um impasse sobre o Banco do Estado de São Paulo (Banespa).

■ Há pelo menos um ano, o governo federal ensaia resposta a uma das propostas mais construtivas já apresentadas pelo conjunto dos atuais governadores: permissão para que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) passe a financiar um pedaço do dinheiro que os Estados têm de aportar como contrapartida aos empréstimos externos destinados a projetos de infra-estrutura.

■ Há um ano e nove meses, o governo central reluta em assumir o comando de uma negociação com o Congresso sobre uma emenda constitucional que permita a todos governantes ajustar sua folha de salários à realidade da arrecadação tributária em moeda estável.

Depois do acerto-relâmpago para a retirada do ICMS sobre as exportações, a Presidência da República ficou sem o argumento da falta de disposição política dos governadores para entendimentos nacionais.

Em apenas duas semanas de negociações, conseguiu deles um acordo que vai retirar 4,5% de sua principal fonte de receita anual. E sem contestações.

Em São Paulo isso equivale a três vezes mais que o volume de impostos que sustenta as universidades do Estado. Na Bahia representa um sexto do investimento que vem sen-

do realizado na construção de redes de água e esgoto na região metropolitana de Salvador, onde dois terços da população ainda não tem acesso a esses serviços.

Os governadores foram tão rápidos na aceitação de uma proposta que lhes retirava dinheiro do cofre quanto no respaldo à delicada operação administrativa posta em marcha pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza, mudando critérios de repasse de recursos aos municípios, às vésperas das eleições municipais.

Já o governo federal, por razões ainda enigmáticas, mostra contínua relutância em assumir a liderança de negociações com o Congresso e o Judiciário em torno de questões constitucionais como a limitação dos gastos salariais nos orçamentos públicos.

A estabilidade dos servidores é

um bom exemplo. Na visão coletiva dos governantes trata-se de um instituto anacrônico, cuja mudança é mais do que urgente, até pela razão óbvia de necessidade de compatibilização dos gastos de pessoal com a realidade da arrecadação em moeda estável.

O Palácio do Planalto gastou 1995 em hesitações sobre o problema. Desde a posse, o presidente Fernando Henrique o incluiu entre seus temas prediletos para discursos. Mas o governo mantém-se patinando na iniciativa política. No

primeiro semestre deste ano foi por causa da eleição à frente. Agora, é porque a eleição vai começar. Depois dela, talvez haja nova dificuldade — a reeleição.

A crise dos Estados, por enquanto, parece restrita ao universo político dos governadores. Brasília mantém uma postura quase olímpica, como se a União fosse uma unidade à parte.

Na realidade, é parte do problema e da solução. Até porque esse choque de empobrecimento geral dos governos estaduais tende a resultar na fragilização do governo federal, no médio prazo. Numa federação de Estados desiguais em que os governos regionais amargam um processo de empobrecimento generalizado, o governo central só tende a perder aquilo que possui de mais importante para governar — seu poder de moderação dessas desigualdades.



■ José Casado é jornalista

**Brasília mantém
uma postura
quase olímpica,
como se a União
fosse uma
unidade à parte**